

Educação: Categoria reivindica igualdade salarial

30/08/2011

“Ousar, lutar, para educar as futuras gerações”. Essa era a voz dos manifestantes que participaram da reunião ordinária, desta terça-feira (30), e foram representados na tribuna pelo professor Romualdo Saraiva.

Os manifestantes eram professores do ensino público que, portando cartazes, encheram a Casa, dando apoio a fala do usuário da Tribuna Livre.

Romualdo falou sobre o valor do piso salarial dos professores e o reajuste de 15% para os profissionais da educação segundo o projeto de lei de nº 071/2011.

Esse projeto de lei não inclui os profissionais dos serviços gerais, como os cantineiros e porteiros, por exemplo. A primeira, e última votação, desse projeto gerou discussão entre os vereadores, devido a esse fato. A aprovação se deu segundo a fala do presidente da Câmara, Dr João Batista Teixeira (PR), que pediu pela aprovação seguida de uma verificação da possibilidade do aumento para os outros setores.

Justificando, Romualdo disse que em nenhum momento foi estabelecido seguimentos para ganhar o aumento, sendo portanto, para todos os envolvidos. “Sabemos da alegação de que o município não tem recursos para proporcionar esse aumento, mas sempre deixamos claro que queríamos o aumento para todos”, comentou.

Segundo o professor, a classe está esperando o tempo legal de 15 dias para terem uma resposta, após o protocolo que foi feito e enviado a Prefeitura. Em pedido, Romualdo falou com os vereadores para que acompanhem a tramitação do projeto.

Sobre o piso, Romualdo destacou o não cumprimento. Faixas no plenário indicavam valores do piso e do salário real, mostrando a disparidade. “Os trabalhares estão aí

manifestando sua insatisfação. O piso tem que ser implantado para dar dignidade e respeitar a carreira desses profissionais.”

Os vereadores cumprimentaram os manifestantes e se disseram solidários a causa.

O vereador Marcos Nunes (PT), cumprimentou Romualdo por tantas vezes que esse utilizou a tribuna para representar a categoria. O vereador disse haver uma listagem de quesitos que o município necessita para que possa pedir recursos ao Governo Federal, e que a maioria desses quesitos Viçosa cumpre. “Que o Executivo pegue esse estatuto, vote e mande para essa Casa para que nós possamos aprovar”, finalizou.

